



Bahia de Toda Gente

A visão de uma Bahia socialmente justa e coesa inspirou a estratégia Bahia de Toda Gente. A absoluta prioridade atribuída à área social, através do combate à pobreza e às desigualdades, ancora-se na expectativa do Governo com a ambiciosa meta de dobrar, nos próximos quatro anos, as taxas anuais médias de evolução dos indicadores sociais, em relação aos registrados no período 1992-1999. Esse avanço representará, sem dúvida, um patamar auspicioso para a conquista da aspiração que anima Governo e sociedade: cidadania para todos os baianos.

O novo modelo de política social projeta não apenas avanços quantitativos, mas igualmente evoluções do ponto de vista qualitativo. O maior avanço, nesse âmbito, será a ampliação dos canais participativos, que possibilitarão o envolvimento da população na definição, implementação e gestão das ações de responsabilidade do poder público, paralelamente ao incremento das parcerias com outras instâncias governamentais, organizações sociais e empresariais.

A prática da interlocução entre os órgãos de Governo e a sociedade começou a efetivar-se já na fase de elaboração do Plano Plurianual, através do processo de construção coletiva, experiência que se reveste, desde já, de importância histórica na relação entre poder público e sociedade, na Bahia. Nesse contexto de discussões, foram definidas ações voltadas para o pleno atendimento do cidadão nas áreas de educação, habitação, cultura, saúde e segurança pública. Para o quadriênio, o Governo destinou à estratégia Bahia de Toda Gente recursos da ordem de R\$ 10,7 bilhões, dos quais 68,5%, ou R\$ 7,3 bilhões, provenientes do orçamento do Estado.

Esta estratégia está sustentada em três linhas de intervenção desenhadas no Plano Estratégico:

- **Assistência Social**
- **Qualidade de Vida e Promoção da Cidadania**
- **Amparo e Defesa do Cidadão**

Assistência Social – As ações de caráter assistencial e de natureza emergencial e compensatória elegerão como público-alvo os segmentos sociais que demandam atenção especial do poder público e seus parceiros. No conjunto, essa linha de intervenção absorverá R\$ 494,5 milhões, de recursos orçamentários e R\$ 1,2 bilhão de recursos extra-orçamentários.

Tendo como foco as ações assistenciais, de caráter transitório e permanente, o Programa Bahia UrGente apresenta demandas específicas, atingindo prioritariamente o público-alvo de crianças e adolescentes, idosos e portadores de deficiência em situação de carência, risco ou vulnerabilidade social.

A atenção às crianças e adolescentes em situação de risco ou erro social deverá conferir ênfase especial ao fortalecimento do núcleo familiar, o que significa dizer que a inserção ou reinserção social se dará através do apoio psicológico à família e da criação de oportunidades para a absorção dos seus integrantes adultos em atividades produtivas. As atividades culturais, desportivas e de lazer atuarão como fatores que propiciam o desenvolvimento da auto-estima, socialização e cidadania.

Destaca-se a regionalização do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, através da construção de unidades de Centro de Atendimento Socioeducativo – Case, em Ilhéus, Juazeiro e Barreiras, a concessão de bolsas Criança-Cidadã, além do projeto especial Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que atenderá jovens carentes de 15 a 17 anos, em situação de risco, pessoal e social, capacitando-os nas áreas de cidadania, meio ambiente e saúde, para atuarem em suas comunidades.

O cuidado especial com os idosos e portadores de deficiência contemplará, prioritariamente, as condições de saúde e a socialização. As políticas sociais voltadas para esses grupos adotarão, além



do compromisso com o atendimento às demandas médicas, sobretudo a compreensão de que a superação do atual quadro guarda relação direta com o pleno exercício de seus direitos, que serão estimulados através do fortalecimento das noções de cidadania.

As ações compensatórias e emergenciais objetivam amenizar os efeitos perversos da pobreza e das calamidades. Seu horizonte temporal é finito, com base no pressuposto de que sua permanência por um período muito extenso revelará não o êxito, mas a incapacidade de resolução dos problemas. Foram concebidas, portanto, como ações intermediárias entre uma situação presente, socialmente intolerável, e a perspectiva de superação das causas do desequilíbrio.

Também aí se revela a preocupação com o aspecto qualitativo das ações, que não deverão se constituir em meras doações, passíveis de afetar a auto-estima, gerar acomodação e eternizar a situação de pobreza ou calamidade. Por isso, essas ações deverão estar condicionadas à aceitação, por parte dos beneficiários, de compromissos capazes de criar as bases para superar as adversidades. Assim, a concessão de benefícios terá como condicionantes, por exemplo, a matrícula e frequência escolar das crianças, a atenção à saúde de crianças e gestantes, bem como a participação em programas de qualificação profissional e atividades comunitárias.

O universo populacional contemplado pelas ações de caráter emergencial abrange as comunidades afetadas pelas secas no Semi-árido, as populações atingidas por inundações e chuvas e ainda os segmentos vulneráveis à fome, definindo-se as ações em função das necessidades mais prementes das famílias em condições de pobreza ou indigência.

Em todas as ações, será conferida ênfase à educação para o planejamento familiar, mediante a difusão de informação sobre meios contraceptivos, assim como sobre os riscos da gravidez na

adolescência. Essa ação priorizará os segmentos de baixa renda que apresentam taxas de natalidade relativamente altas e, portanto, maior dependência de políticas assistenciais, compensatórias e emergenciais.

Para enfrentar um desafio de tamanha dimensão, o Governo do Estado buscará articular-se com o Governo Federal, municípios, empresas e entidades sociais, na perspectiva de alargar o raio de intervenção de sua própria atuação ou das iniciativas de responsabilidade dos parceiros.

As atividades de combate à fome compreenderão a intensificação da vigilância nutricional em todos os municípios, mediante a regulamentação e articulação das políticas públicas afins. Destacam-se a organização comunitária familiar para a produção de alimentos com padrões nutricionais adequados, a assistência alimentar à família, através do fornecimento de 5,3 milhões de refeições, a serem distribuídas pelos projetos Nossa Sopa, Prato do Povo e + Vida. O projeto especial + Vida tem como objetivo combater a carência nutricional de famílias pobres, já cadastradas pelo Programa de Saúde da Família (PSF), principalmente gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos. Os beneficiários recebem um cupom mensal para a retirada de alimentos nas lojas da Cesta do Povo.

O Programa Bahia UrGente atenderá cerca de 158 mil famílias, com o objetivo de reverter os casos de maior gravidade, que envolvam risco, vulnerabilidade e exclusão social. Nesse universo, se incluem as famílias em situação de extrema pobreza e/ou calamidade pública, os mendicantes e as vítimas de exploração sexual, uso e tráfico de drogas, fome e desemprego.

Qualidade de Vida e Promoção da Cidadania – Nessa linha de intervenção, inserem-se as ações voltadas para a universalização e qualidade dos serviços básicos. A educação, ampliação do



acesso às tecnologias digitais, saúde, saneamento, acesso à moradia e melhorias habitacionais, qualificação e requalificação urbana, direitos humanos e proteção à cidadania, incentivo à produção e difusão cultural e a promoção de atividades esportivas e de lazer constituem os aportes fundamentais para assegurar qualidade de vida a todos os baianos.

Para viabilizar o atendimento, o Governo destinou a essa linha de intervenção R\$ 8,3 bilhões, dos quais 73,2% serão cobertos com recursos orçamentários. Vale destacar que essa é a linha de maior representatividade da estratégia Bahia de Toda Gente, correspondendo a 31,7% do total do PPA e evidencia uma concentração de esforços nas ações de educação, saúde e saneamento.

A educação está contemplada em dois Programas: Educação para Todos, que prioriza a universalização da oferta educacional e o Educação Nota 10, voltado à qualidade do processo ensino-aprendizagem. Em conjunto, esses Programas absorverão recursos de R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$1,8 bilhão de recursos orçamentários. Dos recursos orçamentários, as destinações à educação representarão 13,0% dos investimentos do Governo do Estado no quadriênio.

A conquista representada pela universalização do acesso ao ensino fundamental na Bahia, com a taxa de atendimento escolar de 7 a 14 anos de 97,3%, motiva o Governo a empenhar-se de forma decidida, no próximo quadriênio, na consolidação e sustentação dessa performance, com o Programa Educação para Todos. Nesse sentido, a persistência de entraves no sistema estadual de ensino justifica os investimentos previstos para o combate à evasão, à repetência escolar e à defasagem idade-série. Quanto a este último aspecto, o planejamento governamental prevê a redução para 56,6% da taxa de defasagem no ensino fundamental, como resultado da regularização do fluxo escolar de 956 mil alunos. No ensino médio, o esforço do Governo se refletirá no incremento significativo na taxa de atendimento para clientela escolar de 15 a 17

anos, perseguindo a meta de viabilizar na rede pública estadual o ingresso de 1,1 milhão de alunos para o quadriênio.

A alfabetização de adultos é outro segmento onde os êxitos recentes impõem a continuidade da estratégia adotada. A redução do analfabetismo, na faixa etária de 15 a 49 anos, vem produzindo reflexos positivos no IDH-M da Bahia e deve prosseguir, como resultado das parcerias governamentais com empresas, universidades e entidades sociais. Espera-se, como saldo final, a redução do índice em 12%, mediante o atendimento a 525 mil jovens e adultos com 15 anos de idade ou mais.

Os investimentos contemplarão, ainda, a formação de profissionais da educação do ensino superior, através de graduação e pós-graduação presencial de 4,7 mil pessoas e de 4,5 mil à distância, elevando o percentual de docentes com formação superior, que atuam no ensino fundamental para 95% ao longo do PPA.

Paralelamente ao empenho pela universalização do acesso à escola, terá atenção especial a melhoria da qualidade da educação na rede pública através do Programa Educação Nota 10. O salto qualitativo abrange intervenções em elementos considerados determinantes do sucesso, a exemplo da autonomia de unidades escolares, da gestão educacional, da valorização dos agentes do processo de aprendizagem (professor e aluno), e da modernização da infraestrutura acadêmica.

O expressivo conjunto de ações incluirá a expansão do sistema de planejamento educacional amparado em processos constantes de avaliação de desempenho e de resultados, perseguindo o desafio de ampliar, com formação adequada, o ingresso de alunos do ensino médio e profissional nos cursos superiores e no mercado de trabalho.



Objetivando a qualificação do ensino e da gestão, o Governo promoverá o aperfeiçoamento e valorização de 28,9 mil docentes e a certificação de 36,2 mil dirigentes, coordenadores pedagógicos, secretários e técnicos escolares atuantes no ensino fundamental, médio, especial, jovens e adultos e profissional.

A melhoria da qualidade e a implantação de 159 novos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades estaduais contribuirão para o aumento da participação dessas universidades estaduais no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Os avanços que o Governo do Estado projeta para a área de saúde, nos próximos quatro anos são priorizados no Programa Mais Saúde e deverão assegurar a universalização da atenção básica dos serviços, perseguindo a cobertura quanti-qualitativa e o equilíbrio da oferta regional. Para isso, serão investidos recursos da ordem de R\$ 3,4 bilhões, dos quais 56,5% orçamentários.

Dentre as metas quantitativas fixadas, destacam-se a redução da taxa de mortalidade infantil de 42,7 para 37,5 por cada 1.000 nascidos vivos e a expansão do atendimento de urgência e emergência mediante a implantação de 176 unidades de pronto atendimento.

Considere-se, ainda, o aumento para 60% da cobertura de municípios baianos habilitados a desenvolverem ações básicas de vigilância sanitária e ambiental, e o equilíbrio na oferta da vacina tetravalente, que se expandirá de 52,2% para 100% dos municípios.

Através do projeto Saúde da Família, o Governo do Estado ampliará o seu atendimento, com a implantação de 600 novas equipes de PSF.

O fortalecimento da gestão estadual de saúde, a exemplo do processo de descentralização, acreditação hospitalar, complexo de sistemas regulatórios de serviços de saúde e serviços de auditoria, complementam este Programa através das intervenções constantes na estratégia Governo Competente e Gestão Compartilhada.

Tomando por referência os resultados positivos que vêm se registrando em decorrência dos expressivos investimentos realizados nos últimos dez anos, o quadriênio 2004-2007 deverá manter o mesmo ritmo de expansão na oferta de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, infra-estrutura para limpeza urbana e destino final de resíduos sólidos, ações desenvolvidas no Programa Saneamento é Vida. Para tanto, serão aplicados R\$ 1,2 bilhão equivalente a 8,5% dos recursos orçamentários para esta estratégia.

Atualmente, com o percentual de domicílios urbanos ligados à rede geral de água e de esgotamento sanitário, no Estado, de 92,3% e 45,2% respectivamente, serão realizadas intervenções de implantação e ampliação de 121 sistemas de abastecimento de água, implantação e ampliação de 30 sistemas de esgotamento sanitário, além da construção e implantação de 49 aterros sanitários, garantindo qualidade no atendimento em saneamento básico e proporcionando a redução direta de doenças por veiculação hídrica.

Para os aglomerados rurais, situados em grande parte na região Semi-árida, o aumento das intervenções em saneamento básico garantirá as condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, estão previstas a construção de cinco novas adutoras e a implantação, ampliação e recuperação de 2.970 sistemas simplificados integrados e convencionais de abastecimento de água. Serão desenvolvidas, também, ações de esgotamento sanitário e 6.750 melhorias sanitárias.

Amparo e Defesa do Cidadão – Os atuais níveis de violência e criminalidade registrados em todo o país alçaram a questão da violência ao primeiro plano das pautas governamentais. O Governo do Estado se empenhará decididamente em difundir o sentimento coletivo de segurança na população baiana, de forma a evitar a ocorrência de situações emergenciais experimentadas em outros Estados. Essa preocupação foi incorporada ao planejamento, através da destinação de 5,6% do total dos recursos próprios do PPA. O amparo e a defesa do cidadão, além de conter as intervenções na segurança da população, incluem, ainda, a prevenção de situações de risco e a humanização do trânsito. Como resultado, é prevista a redução da taxa de homicídio no Estado para 17,29 por 100 mil habitantes e a redução do índice de roubo em transporte coletivo rodoviário da ordem de 20%, dentre outros indicadores.

O Programa Bahia em Paz destaca-se como o mais expressivo para essa linha de intervenção e será executado com recursos orçamentários da ordem de R\$ 691,2 milhões.

Com a firme determinação de combater a expansão do narcotráfico, do crime organizado no Estado e às práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes, o Governo direcionará recursos para a modernização estrutural e tecnológica do sistema de segurança pública através de um amplo elenco de ações, que inclui a execução de 229 obras de expansão e melhoria das unidades; a modernização da frota de veículos, a modernização e padronização dos armamentos, a aquisição do arquivo digital de identificação civil e criminal e a modernização e duplicação do parque de informática.

As tecnologias de informação serão utilizadas nos projetos de Ouvidoria e Corregedoria e serão modernizados os procedimentos e serviços das atividades de prevenção e controle da ordem pública. Passarão, igualmente, por processos de modernização as atividades de apuração de

infração penal e de perícia para investigação civil e criminal, assim como aquelas de expedição e registro da identificação civil.

No plano social, o combate será feito através de ações voltadas para os grupos mais vulneráveis aos atrativos do crime organizado, objetivando absorvê-los em atividades produtivas, culturais, esportivas e de lazer. O relacionamento entre a polícia e a comunidade deverá apresentar importantes avanços, com a implantação da polícia comunitária nos municípios e o incentivo oficial à criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, que funcionarão como instrumentos efetivos de participação coletiva na definição das diretrizes de segurança de cada comunidade.

No sistema penitenciário, o Governo pretende absorver 66% da população prisional atualmente sob a administração da Secretaria de Segurança Pública, mediante a construção de novas unidades prisionais. Todos os estabelecimentos prisionais passarão a contar com sistema de controle de segurança eletrônica até 2007.

Uma meta significativa é a ampliação do atendimento da Central de Apoio e Acompanhamento de Penas Alternativas de 600 para 3.370 casos. Com isso, objetiva-se alterar o tipo de punição para pessoas condenadas de 1 a 4 anos, através da aplicação imediata de penas ou medidas alternativas.

Também a reintegração social do preso se concretizará em ações como a assistência a atividades laborativas, socioeducativas e as relativas a prevenção e controle de doenças transmissíveis.

A humanização do atendimento se concretizará mediante a permanente qualificação profissional integrada, que envolverá policiais civis, militares, peritos criminalísticos e agentes penitenciários.